



PERCEPÇÃO E FENOMENOLOGIA: EM BUSCA DE UM MÉTODO HUMANÍSTICO PARA ESTUDOS E INTERVENÇÕES DO/NO LUGAR

Angelo Serpa

RESUMO

O presente artigo discute a contribuição da Fenomenologia e da Geografia Humanística e da Percepção para os estudos do lugar, refletindo também sobre os possíveis subsídios e aportes teórico-metodológicos para novas práticas de planejamento urbano, regional, paisagístico e ambiental. Especial atenção é dada à fenomenologia de Husserl, Merleau-Ponty e Bachelard e à discussão sobre o conceito de "lugar", baseada em autores como Tuan, Relph, Dardel e Holzer. Na segunda parte do trabalho são apresentados estudos de caso, buscando a articulação entre teoria e metodologia empírica, mostrando também as limitações e possibilidades do uso da Fenomenologia e da Geografia da Percepção e do Comportamento nos estudos dos lugares contemporâneos. Acredita-se que as pesquisas aqui apresentadas podem embasar cientificamente uma prática de planejamento baseada nos mecanismos de autogestão e participação, entendendo os "lugares" como espaços de vivência e áreas prioritárias de intervenção. Concorda-se aqui com GOODEY & GOLD (1986) que, com relação à orientação para a política de planejamento, o impacto global dos estudos e pesquisas da Geografia Humanística e da Percepção foi menor que o esperado. Mas, segundo os mesmos autores, quando vistos nos termos mais gerais de oferecimento de conhecimento útil que possa ser aplicado na prática, os resultados são mais encorajadores. Isto pode ser ilustrado pela referência ao design urbano e ao planejamento urbano-regional; nessas profissões tem havido um inegável interesse em questões típicas da geografia do comportamento e da percepção.

Palavras-chave: Lugar; Geografia Humanística; Geografia da Percepção; Auto-Gestão; Participação.

ABSTRACT

The present paper considers the contribution of Phenomenology and Humanistic Geography/Perception for the studies of place. It reflects the possible subsidies and theoretical/methodological approaches to the new practices of urban, regional, landscaping and environmental planning. It's given special attention to Husserl, Merleau-Ponty and Bachelard approaches on Phenomenology. A discussion is made about the "place" concept, based on works by Tuan, Relph, Dardel e Holzer. On the second part of this paper we present case studies in which we look for an association between theory and empiric methodology. It also shows its limitations and possibilities in studies of contemporary places while using Phenomenology and Perception

Geography/Behavior. It's believed that the research here presented may give a solid scientific basis to a planning practice based on self-managing and participation mechanisms, understanding places as "*common living spaces*" and priority intervention areas. We agree with GOODEY and GOLD (1986) that say, relating to the orientation to planning politics, that the global impact of the studies and research on Humanistic Geography and Perception was less than expected. But according to the same authors, there are encouraging results, as they are seen as a general useful knowledge contribution that may be used in a practical way. This may be illustrated with reference to urban design and urban regional planning. In such professional areas that has been a great interest in typical matters of Geography of Behavior and Perception.

Keywords: Place; Humanistic Geography; Geography of Perception; Self-managing; Participation

PERCEPÇÃO E FENOMENOLOGIA: EM BUSCA DE UM MÉTODO HUMANÍSTICO PARA ESTUDOS E INTERVENÇÕES DO/NO LUGAR

A percepção humana do ambiente, as experiências pessoais e as características culturais dos habitantes de cada lugar desempenham um papel fundamental na relação homem-ambiente e devem servir de ponto de partida para um planejamento urbano, regional, paisagístico e ambiental, que atenda às reais necessidades dos moradores dos diferentes locais.

De acordo com HOLZER (1996: 11-12), foi Edward Relph (1970) o primeiro

a colocar em um artigo as possibilidades da fenomenologia ser o suporte filosófico capaz de unir todos os geógrafos ocupados com aspectos subjetivos da espacialidade, mas que não desejavam ser identificados como comportamentalistas (...) O método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as 'essências' da estrutura perceptiva.

Segundo Meri BEZZI (1996), o espaço vivido está para a Geografia Humanística, como a experiência vivida está para a fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938). A autora defende a idéia de que a base filosófica principal em que se fundamenta a abordagem humanístico-cultural da Geografia é a fenomenologia de Husserl:

Para Husserl, a idéia fundamental da fenomenologia é a noção de intencionalidade. Essa intencionalidade é a da consciência, que sempre está dirigida a um objeto e tende a reconhecer o

princípio de que não existe objeto sem sujeito e vice-versa (BEZZI, 1996: 277-278).

Visto assim, o conhecimento é derivado da prática humana, e a percepção do real é sempre intersubjetiva e histórica,

não existindo a possibilidade de a racionalidade perceber esse real de forma absoluta, a não ser mediatizado sempre pela cultura. Esta, por sua vez, apresenta múltiplas vias e acessos e age sempre relativamente, nunca determinando uma percepção única e racional (BEZZI, 1996: 278).

Para RELPH (1979), "*lugar*" significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas ao tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e de segurança. É no lugar que os impactos das intervenções urbanas se concretizam e se fazem sentir. Daí a inegável importância, para o processo de planejamento, da aplicação dos conceitos/instrumentos da fenomenologia nos estudos de impacto das intervenções no espaço vivido.

SOBRE A FENOMENOLOGIA DE HUSSERL, MERLEAU-PONTY E BACHELARD

Foi o filósofo alemão Edmund Husserl quem trouxe, no início do século XX, uma nova abordagem do conhecimento à qual deu o nome de "*fenomenologia*". Até então, "*fenômeno*" indicava tudo aquilo que, do mundo externo, se oferece ao sujeito do conhecimento, através das estruturas cognitivas da consciência. Essa era a visão de Kant, revista mais tarde por Hegel, que ampliou o conceito de fenômeno, afirmando que tudo o que aparece só pode aparecer para uma consciência e que a própria consciência mostra-se a si mesma no conhecimento de si, sendo ela própria um fenômeno. Foi Hegel, aliás, o primeiro a se utilizar do termo "*fenomenologia*", para com ele indicar o conhecimento que a consciência tem de si mesma através dos demais fenômenos que lhe aparecem (CHAUÍ, 2000).

Embora mantendo o conceito kantiano e hegeliano, Husserl vai ampliar a noção de "*fenômeno*". Contra Kant, Husserl vai afirmar que não há a "*coisa em si*", incognoscível, fenômeno é a presença real de coisas reais diante da consciência. Hegel, por sua vez, teria abolido a diferença entre a consciência e o mundo, afirmando que este nada mais é do que o modo como a consciência torna-se as próprias coisas, torna-se mundo ela mesma, tudo sendo fenômeno. Para Husserl, porém, a consciência possui uma essência diferente das essências dos outros fenômenos, pois ela é doadora de sentido às coisas e estas são receptoras de significados. Visto assim, a consciência não poderia se tornar as próprias coisas, mas sim dar-lhes significação, permanecendo diferente delas (CHAUÍ, 2000).

Na fenomenologia de Husserl, fenômenos não são apenas as coisas materiais que percebemos, mas também coisas puramente ideais ou idealidades, coisas que

existem apenas no pensamento, como os entes estudados pela matemática. Além das coisas materiais, naturais e ideais, também seriam fenômenos os resultados da vida e da ação humana - a Cultura. A fenomenologia seria a descrição de todos os fenômenos de todas estas realidades: materiais, naturais, ideais e culturais (compare HUSSERL, 2000).

A fenomenologia procede elucidando visualmente, determinando e distinguindo o sentido. Compara, distingue, enlaça, põe em relação, separa em partes ou segrega momentos (...) A sua particularidade exclusiva é o procedimento intuitivo e ideador dentro da mais estrita redução fenomenológica, é o método especificamente filosófico, na medida em que tal método pertence essencialmente ao sentido da crítica do conhecimento e, por conseguinte, ao de toda a crítica da razão em geral (HUSSERL, 2000: 87).

Conforme Husserl, a consciência é um conjunto de vivências intencionais que visam um objeto; ela define-se por atos que têm por correlatos e pares diversos objetos visados. Perceber, imaginar, lembrar-se, são, dessa forma, atos da consciência através dos quais esta refere-se a objetos. Em sua obra "*Meditações Cartesianas*", Husserl lança as bases de uma "*fenomenologia transcendental*", tentando pensar um outro racionalismo que não deveria basear-se na repressão da vida da consciência. Esta é sempre transcendente e remeteria necessariamente a algo além de si mesma, a um correlato (HUSSERL, 2001).

O que aqui acontece pode também ser descrito da seguinte forma: se dizemos do eu que percebe o "mundo" e aí vive muito naturalmente, que está interessado no mundo, então teremos, na atitude fenomenologicamente modificada, um desdobramento do eu; acima do eu ingenuamente interessado no mundo estabelecer-se-á um espectador desinteressado, o eu fenomenológico. Este desdobramento do eu é, por sua vez, acessível a uma reflexão nova, reflexão que, enquanto transcendental, exigirá mais uma vez, a atitude "desinteressada do espectador", preocupado apenas em ver e descrever de maneira adequada (HUSSERL, 2001: 50).

A fenomenologia transcendental remete também aos outros seres, "*outros espíritos*", que estão, de um certo modo, no mundo enquanto coisas, enquanto corpos, mas que percebemos como sujeitos que também percebem o mundo e nós mesmos no mundo. A existência do outro como "*outro eu*", dá-nos acesso a um mundo que não é mais unicamente o da experiência particular, mas o mundo "*intersubjetivo*" que existe para todos. Assim, a experiência do outro proporcionaria as bases de uma teoria transcendental do mundo objetivo (LACOSTE, 1992).

Por exemplo, percebo os outros - e percebo-os como existindo realmente - em séries de experiências simultaneamente variáveis e concordantes; e, por um lado, percebo-os como objetos do mundo. Não como simples "coisas" da natureza,

ainda que eles o sejam de certo modo "também". Os "outros" dão-se igualmente na experiência como regendo psicicamente os corpos fisiológicos que lhes pertencem. Ligados assim aos corpos de maneira singular, "objetos psico-físicos", eles estão "no" mundo. Por outro lado, percebo-os ao mesmo tempo como sujeitos para esse mesmo mundo: sujeitos que percebem o mundo, - esse mesmo mundo que eu percebo - e que têm por isso experiência de mim, como eu tenho a experiência do mundo e, nele, dos "outros" (HUSSERL, 2001: 117).

Discípulo de Husserl, Merleau-Ponty, em sua "*Fenomenologia da percepção*", distingue do espaço geométrico o espaço antropológico como espaço existencial, lugar de uma experiência de relação com o mundo de um ser essencialmente situado em relação com o meio (MERLEAU-PONTY, in: AUGÉ, 1994):

Assim como a natureza acha seu caminho para o centro da minha vida pessoal e torna-se inextricavelmente ligada a ela, também os padrões de comportamento instalam-se no da natureza, sendo depositados na forma de um mundo cultural. Não tenho apenas um mundo físico, não vivo apenas no meio da terra, ar e água, tenho em torno de mim estradas, plantações, cidades, ruas, igrejas, implementos, um sino, uma colher, um cachimbo (...) O mundo cultural é ambíguo, mas está presente (MERLEAU-PONTY, 1962, in: RELPH, 1979).

Em sua obra "*A poética do espaço*", Gaston Bachelard procura esclarecer filosoficamente o problema da imagem poética, criando uma "*fenomenologia da imaginação*". Esta seria um estudo do fenômeno da imagem poética quando a imagem emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade (BACHELARD, 1998).

Particularmente interessantes são suas indagações sobre a "*transsubjetividade da imagem*": como uma imagem por vezes muito singular pode revelar-se como uma concentração de todo o psiquismo? Para Bachelard, essa transsubjetividade da imagem não poderia ser compreendida, em sua essência, apenas pelos hábitos das referências objetivas. Só a fenomenologia - a consideração do início da imagem numa consciência individual - poderia ajudar-nos a reconstituir a subjetividade das imagens e a medir a amplitude, a força, o sentido de sua transsubjetividade.

Considerações a respeito do espaço são também importantes para o entendimento das imagens e identidades dos lugares. Para Bachelard, o espaço habitado transcende o espaço geométrico e a fenomenologia da imaginação não pode contentar-se com uma redução que transforma as imagens em meios subalternos de expressão: a fenomenologia da imaginação exige que vivamos diretamente as imagens, que as consideremos como acontecimentos súbitos da vida. A imagem estabelece-se numa cooperação entre o real e o irreal, pela participação da função do real e da função do irreal.

A GEOGRAFIA HUMANÍSTICA

A idéia de incorporar a subjetividade aos estudos geográficos é lançada com ênfase por John K. Wright, em 1947, exortando os geógrafos a explorar as "*terras incógnitas pessoais*" e a estudar os mecanismos da imaginação presentes na mente humana. David Lowenthal, no início da década de 1960, revisita a obra de Wright com o intuito de renovar a geografia cultural americana: segundo ele, a geografia deveria buscar um projeto de ciência que abarcasse os vários modos de observação, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado, o literal e o esquemático (LOWENTHAL, 1961, in: HOLZER, 1996). Neste mesmo ano, Tuan, baseando-se na obra de Bachelard, propõe uma geografia baseada no conceito de "*topofilia*", que exprimiria o amor do homem pela natureza (TUAN, 1961, in: HOLZER, 1996).

As tentativas de Lowenthal para renovar os métodos utilizados pelos geógrafos culturais levaram-no a propor três temas que ele considerava fundamentais para os estudos geográficos: a natureza do ambiente; o que pensamos e sentimos sobre o ambiente; e como nos comportamos e alteramos o ambiente (LOWENTHAL, 1967, in: HOLZER, 1996). Por sua vez, Tuan levantou e enumerou diversas aproximações humanistas para os estudos geográficos: as atitudes do indivíduo em relação a um aspecto do ambiente; atitudes do indivíduo com relação às regiões; a concepção individual da sinergia homem-natureza; a atitude dos povos acerca do ambiente; e as cosmografias nativas (TUAN, 1967, in: HOLZER, 1996).

Como mencionado anteriormente, foi Edward Relph, porém, o primeiro geógrafo a buscar na fenomenologia de Husserl um suporte filosófico para uma aproximação "*humanística*" da geografia. Relph defendeu a idéia de que os significados originais do mundo-vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais; para o autor, o mundo-vivido não seria absolutamente óbvio, e os seus significados não se apresentariam por si mesmos, mas deveriam ser descobertos:

Edmund Husserl, que iniciou o estudo do mundo-vivido em fenomenologia, asseverou vigorosamente que a ciência não somente se tornou muito deslocada de suas origens no mundo-vivido, mas está atualmente inserida no processo de reconstituição do mundo vivido em termos de suas próprias imagens científicas idealizadas (...) Husserl identificou dois componentes maiores do mundo-vivido, embora a distinção seja largamente temática e na experiência eles estão estreitamente inter-relacionados. Primeiro, há um mundo pré-determinado ou natural de coisas, formas e de outras pessoas, as quais possuem modos variantes de aparência, no tempo e no espaço; este é o mundo que vemos e sentimos, mas no qual estamos apenas implicados, porque se constitui numa situação necessária que nos é dada (...) Em contraste com esse mundo natural pré-determinado há o mundo-vivido social ou cultural, o qual compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, trabalhos e sofrimentos (RELPH, 1979: 3-6).

Relph foi buscar inspiração também na obra de um geógrafo francês de liceu, Eric Dardel, que publicou, em 1952, um livro intitulado "*L'Homme et la Terre - Nature de la Réalité Géographique*" (DARDEL, 1990). Para Dardel, o espaço fenomenológico seria uma resultante de uma conjunção de direções e distâncias, que formariam, em um

nível mais complexo de integração, as categorias espaciais do mundo-vivido, como lugar e paisagem. A obra de Dardel exerceu também forte influência sobre Tuan (HOLZER, 1996).

De acordo com o próprio Relph, a obra de Eric Dardel combinaria efetivamente o trabalho de fenomenologistas, como Heidegger, Minkonski e Bachelard, com descrições de experiência geográfica feitas por poetas, romancistas e geógrafos como, por exemplo, Shelley, Rilke, Vidal de La Blache e Martonne (RELPH, 1979). Remetendo-se a Dardel, Relph afirma que o mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como focos de seus interesses:

Há comumente estruturas ou padrões experienciados nessas relações, e é uma dessas estruturas que constitui o 'mundo vivido geográfico'. Isto é, em seu sentido mais simples, o mundo experienciado como cenário, tanto o natural como o construído pelo homem, e como ambiente que provê sustento e uma moldura para a existência. Dardel escreve: 'Geografia usualmente permanece reservada, mais vivida que expressada (...)' Não há nada de misterioso, ou abstrato, ou exclusivo nesse mundo-vivido geográfico, embora ele tenha inspirado e influenciado numerosas religiões, filosofias e teorias; é simplesmente o mundo de espaços, paisagens e lugares, o qual todos devemos encontrar em nossas vidas diárias (RELPH, 1979: 7).

A década de 1970 foi marcada pela busca das relações entre a fenomenologia e a geografia. Para Relph, o caminho era uma descrição rigorosa do mundo-vivido da experiência humana, buscando reconhecer as essências das estruturas perceptivas através da intencionalidade. O autor defendia uma crítica radical ao cientificismo e ao positivismo, o que o afastava dos "comportamentalistas":

Pode-se objetar que a geografia comportamental não possua tais intenções manipuladoras e procure somente observar e explicar os padrões de comportamento espacial e ambiental. Todavia, minhas suspeitas são tão profundas que encaro qualquer tentativa de explicar o comportamento humano como o primeiro passo para o controle daquele comportamento, da mesma maneira que a explicação dos processos naturais conduz inexoravelmente a intervenções naqueles processos (RELPH, 1984, in: GOODEY & GOLD, 1986: 26).

Essa posição era também compartilhada pela geógrafa Anne Buttimer que buscou fundamentar seus estudos e pesquisas no conceito de lugar, com um crescente ecletismo na escolha de seus contextos empíricos (ver, por exemplo, BUTTIMER & SEAMON, 1984, in: GOODEY & GOLD, 1986). Em sua obra mais conhecida, "*Values in Geography*", a autora vai defender o mérito da fenomenologia nos estudos geográficos, usando como argumento principal a abrangência das abordagens fenomenológicas (BUTTIMER, 1974).

Para GOODEY & GOLD (1986), o desafio aos modelos neodeterministas da sociedade se tornou efetivo na medida em que as abordagens baseadas no comportamento e na percepção passaram a ser um elemento comum do repertório geográfico:

Simultaneamente, o cisma entre a pesquisa de tipo espacial e aquela baseada nos lugares, e entre as abordagens positivista e humanística, tornou-se profundo, sem levar em consideração o breve período de aproximação de interesses, nos anos sessenta. A literatura espacial continuava a mostrar uma forte afinidade com a ciência comportamental, com um padrão altamente codificado de métodos de pesquisa, com uma herança de métodos usados precedentemente e um desenvolvimento programático baseado em simulações (GOODEY & GOLD, 1986: 18).

Os mesmos autores vão lembrar que Behaviourismo e Behaviouralismo são termos inteiramente distintos. O primeiro representaria uma escola reducionista de psicologia, que via o comportamento humano em termos das relações de estímulo/resposta, nas quais as respostas poderiam ser amarradas a certas condições que as antecediam; nessas relações, os processos cognitivos e, de fato, a própria consciência, desempenhariam um papel de pequena importância. O segundo, por seu turno, indicaria um movimento nas ciências sociais que procura tomar o lugar das teorias tradicionais sobre as relações homem/ambiente, com novas versões que reconheceriam explicitamente as verdadeiras complexidades do comportamento humano (GOODEY & GOLD, 1986).

Daí a profunda divisão entre as escolas de base espacial e as fundamentadas na noção de lugar, isto é, entre as escolas de pensamento positivista e humanista. Ainda de acordo com GOODEY & GOLD (1986), um dos problemas da predominância relativa da tradição positivista tem sido que uma imagem excessivamente restritiva e enganosa da geografia do comportamento e da percepção tem sido promovida:

Ao aliar-se às ciências comportamentais, os geógrafos ganharam instrumentos conceituais e metodológicos muito úteis, mas tem sido insuficiente o esforço para indicar que a própria geografia não é uma ciência comportamental, que a procura da generalização comportamental não é a única preocupação dos pesquisadores, e que gente e lugar contam muito na abordagem behaviourista (GOODEY & GOLD, 1986: 30).

Também importantes e dignas de menção são as tentativas de aproximação dos conceitos humanistas e marxistas, objeto de reflexão de Denis Cosgrove. Para este autor, se a cultura é o centro dos objetivos de uma geografia humanista, que busca compreender o mundo vivido dos grupos humanos, uma geografia marxista precisa reconhecer que o mundo vivido, mesmo que simbolicamente constituído, tem expressão material, não devendo-se negar sua objetividade (COSGROVE, 1983).

A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos, pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana (...) o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto às vezes é chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (...) mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 1998: 101-105).

SOBRE O CONCEITO DE LUGAR

De acordo com Edward Relph, não há limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados, nem a relação entre eles é constante: lugares têm paisagens, e paisagens e espaços têm lugares. O autor considera o "*lugar*" como sendo talvez o mais fundamental dos três, pois focaliza a "*paisagem*" e o "*espaço*" em torno das intenções e experiências humanas. Os lugares clamam nossas afeições e obrigações, conhecemos o mundo através dos lugares nos quais vivemos. Lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979).

O mesmo autor admite a dificuldade de tecer generalizações a respeito dos modos pelos quais as pessoas se relacionam com o lugar ou os lugares. Para Relph, os lugares que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nossos cuidados e responsabilidade, ou ainda pelo nosso desgosto, por eles:

Se conhecemos lugares com afeição profunda e genealógica, ou como pontos de parada numa passagem através do mundo, eles são colocados à parte porque significam algo para nós e são os centros a partir dos quais olhamos, metaforicamente pelo menos, através dos espaços e para as paisagens. E se nos encontramos aprisionados pelas circunstâncias ou ambientes de nossa própria escolha, estamos sempre dentro dum lugar que é colorido por nossas intenções e experiências, que também as modificam (RELPH, 1979: 18).

Tuan afirma que o "*lugar*" pode ser definido de diversas maneiras. Por exemplo, como qualquer objeto estável que capta nossa atenção. Quando olhamos uma cena panorâmica, nossos olhos se detêm em pontos de interesse, podemos deliberadamente procurar um referencial, ou um aspecto no horizonte pode ser tão notável que chama nossa atenção. Entretanto, muitos lugares, altamente significantes

para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente (TUAN, 1983).

Para Tuan, seria impossível discutir o espaço experiencial sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço. Nessa direção o autor afirma que a "distância" é um conceito espacial inexpressivo separado da idéia de objetivo ou lugar. Todavia, é possível descrever o lugar sem a utilização explícita de conceitos espaciais:

"Aqui" não envolve necessariamente "lá" (...) Movemo-nos das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual. As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas freqüentemente não estamos sequer consciente delas (TUAN, 1983: 151).

Eric Dardel acha que, para o ser humano, a realidade se mostra primeiramente através do lugar em que se está, os lugares de infância, o ambiente que lhe chama à sua presença:

Antes de mais nada, há esse "lugar" que não escolhemos, onde as bases de nossa existência mundana e da nossa condição humana se estabelecem. Nós podemos trocar de lugares, mudar, mas isso é ainda a procura de um lugar; precisamos de uma base para estabelecer nossa existência e realizar nossas possibilidades, um aqui a partir do qual descobrir o mundo, um acolá para o qual ir (DARDEL, 1952, in: RELPH, 1979: 16).

As diversas experiências de espaços podem relacionar-se de um modo particular no "lugar". Visto assim, o lugar pode ser identificado a partir de três componentes que se interrelacionam: traços físicos, atividades e funções observáveis, bem como os significados ou símbolos. São estes componentes que dão autenticidade aos lugares. Estudar a autenticidade dos lugares significa examinar um fenômeno específico do mundo vivido, elucidando a diversidade e intensidade de nossas experiências de lugar (RELPH, 1976, in: HOLZER, 1996).

É fundamental entender também que o lugar existe em escalas diferentes, como nos lembra Tuan:

Em um extremo, uma poltrona preferida é um lugar; em outro extremo, toda a terra. A pátria é um tipo importante de lugar em escala média. É uma região (cidade ou interior) grande o suficiente para garantir a subsistência de um povo (TUAN, 1983: 165).

Há, finalmente, fora do âmbito da Geografia, a contribuição do antropólogo Marc Augé. Este autor afirma que se um lugar pode se definir como histórico, relacional e

identitário, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico deve ser encarado então como um não-lugar. De acordo com Augé, existe evidentemente o *não-lugar* como o *lugar*: ele nunca existe sob uma forma pura; lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele. O *lugar* e o *não-lugar* são, antes, polaridades fugídias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente (AUGÉ, 1994).

EM BUSCA DE UM MÉTODO FENOMENOLÓGICO PARA O ESTUDO DOS LUGARES: ANTECEDENTES

A busca de novas abordagens e metodologias relacionadas com a percepção humana do ambiente é uma constante na minha trajetória de pesquisador, desde a defesa da tese de doutorado em Viena (Áustria), intitulada "*O Conceito de Parque e a Percepção Humana do Ambiente Urbano*", onde foram testadas e analisadas diversas formas de abordagem do tema "*percepção*"; também foram desenvolvidas metodologias para apreensão e análise dos valores e atitudes dos usuários - em diferentes contextos culturais - de áreas verdes e de lazer no contexto urbano. A esse respeito foram publicados, além da tese de doutorado, diversos artigos técnicos e científicos em periódicos nacionais e internacionais (Ver, em português, por exemplo: SERPA, 1995; 1996a; 1996b).

A idéia que espaços "*livres*" urbanos podem gerar associações inconscientes (que por sua vez influenciam a relação dos seres humanos com o espaço) foi o ponto de partida para o desenvolvimento de uma metodologia que valorizasse o caráter subjetivo das questões "*perceptivas*", aplicada no desenvolvimento das pesquisas que embasaram a tese (SERPA, 1994).

Como captar experiências subjetivas de paisagem no decorrer de uma entrevista? Seria o espaço urbano um catalisador de experiências (arque-)típicas de paisagem? Como diferenciar o pessoal do coletivo?

Essas questões nortearam a análise de 40 entrevistas, realizadas no verão de 1992, em diversos parques, praças, cafés e ruas de Viena, Áustria. Doze planejadores paisagísticos e um espectro de usuários das áreas verdes e de lazer da cidade (donas de casa, estudantes, aposentados, profissionais liberais, etc.) responderam perguntas sobre experiências pessoais marcantes, relacionadas com os arquétipos de paisagem e os símbolos jungianos **1** de transformação: árvore, pedra, fogo, terra, ar, água? Montanha, lago, deserto, prado, mar, floresta? Uma história marcante, uma experiência marcante de paisagem? E o papel da cor? E o parque ideal como você o faria? O que significa "*natureza*"?

Os resultados das pesquisas mostraram que a crise de linguagem no planejamento urbano e paisagístico é consequência da falta de comunicação entre planejadores e cidadãos comuns: As áreas verdes planejadas no continente europeu, por exemplo, podem ser divididas em dois grandes grupos, o das áreas monótonas e de manutenção barata (estilo "*gramado e grupos de árvores espaçados*") e daquelas caras e pretensiosas (estilo "*obra de arte*"), ambos consequência do uso de uma linguagem estética ultrapassada e carente de renovação.

A busca de soluções para o planejamento de áreas verdes e de lazer em grandes cidades exige porém uma linguagem comum, de conciliação de interesses: O método

utilizado para investigação de experiências subjetivas de paisagem pode ser aplicado num planejamento urbano e paisagístico que leve em consideração a importância dos arquétipos e alegorias espaciais. Assim, diferenças e preconceitos poderiam ser superados num amplo processo de troca de informação e discussão, base para um planejamento mais humano e voltado para os interesses da população.

É na ação que se origina o conhecimento profundo e embasado. Os movimentos populares trabalham com valores que questionam o sistema vigente e mostram novas imagens como alternativas. Como interferir neste processo enquanto planejador urbano? Com essa pergunta na cabeça voltei ao Brasil em março de 1992: Voltei a São Paulo e ao Parque da Aclimação, tombado por iniciativa popular há 10 anos; voltei a Salvador e ao Parque de São Bartolomeu, símbolo de reivindicações dos moradores do subúrbio ferroviário da cidade e sagrado para a religião do candomblé, conheci a reserva extrativista Chico Mendes no Acre, símbolo de uma reforma agrária diferenciada para a Amazônia e bandeira de luta para os povos da floresta (Todos esses exemplos são analisados na tese de doutorado).

Outras questões:

- Como participar de um processo interferindo nele, interagindo com ele?
- Como analisar os ganhos e avanços destas iniciativas? O que as move de fato?
- Como experienciar a história destes movimentos? (Entrevistas com lideranças comunitárias?)

É evidente que características culturais influenciam a percepção do meio ambiente bem como sua ocupação e utilização. Assim, a elucidação dos valores e atitudes de grupos humanos específicos pode ajudar ao planejador urbano a entender melhor os processos de "*demarcação de território*" no contexto de uma grande cidade, como Viena, São Paulo e Salvador. Áreas verdes e de lazer podem tornar-se catalisadores de reivindicações e iniciativas populares, tamanha a identificação destes movimentos com áreas urbanas como o Parque da Aclimação em São Paulo, o Parque de São Bartolomeu em Salvador ou o Parque Alfred Grünwald em Viena. Mas o que move essas pessoas? Exercício de cidadania, prática religiosa ou luta por mais áreas verdes no bairro?

No movimento pela preservação do Parque de São Bartolomeu em Salvador tudo isso anda de mãos dadas... O Parque está localizado na periferia da cidade e tem 75 hectares de florestas naturais (mata atlântica) e árvores frutíferas diversas, muitas cachoeiras e pedras, algumas delas sagradas para o candomblé: Escondidos nas florestas do parque (conhecidas antigamente como Mata do Urubu) os escravos fugidos organizaram-se aqui em um quilombo, onde plantavam para sua própria subsistência. A aldeia negra foi logo dizimada pelos portugueses e todos os líderes escravos executados sumariamente.

Para os cultos afro-americanos o parque permaneceu fonte de valores espirituais e lugar de romarias, ritos e sacrifícios: Aqui os negros sempre puderam ser negros, colher as ervas, raízes e cascas de árvores necessárias para o culto, oferecer comida e flores para os seus orixás, voduns e inquices. Para entender a dinâmica destes ritos e a importância para o culto de elementos naturais como *água, pedra e mato*, é necessário deter-se na simbologia das ações, palavras, música, ritmos e cores "*praticados*" no candomblé. A coleta de plantas sagradas, as romarias ao parque, o batismo e a limpeza na cachoeira sagrada, o sacrifício de animais, a oferenda de comidas: Afinal o que é o *sagrado* para o candomblé? Entender melhor o caráter sagrado do parque foi o ponto de partida para onze entrevistas que fiz, em março/abril de 1992, com mães e pais de santo, mães pequenas e iaôs em vários terreiros da cidade do Salvador (dez).

No Parque moram só os deuses que lá realmente se sentem em casa (SERPA, 1994): Oxumaré, deus do arco-íris, tem uma cachoeira de dez metros toda sua, onde

um filete fino de água e uma densa neblina fazem aparecer o arco-íris todos os dias; ou Nanã, deusa da lama, que habita os pântanos e as águas subterrâneas do parque; ou ainda Oxum, deusa da fertilidade, que vive numa cachoeira muito parecida com um rio que tem seu nome na África. Oxossi, deus da caça, e Ossain, deus do mato, guardam as matas outrora refúgio dos escravos rebeldes. Obaluaiê, filho de Nanã, fica numa pedra grande e saliente do lado da cachoeira do irmão: Oxumaré.

Após meu retorno definitivo ao Brasil, em 1995, já com bolsa de recém-doutor do CNPq, desenvolvi também estudos relacionados com o tema, junto ao Departamento de Projeto (Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como, por exemplo, uma pesquisa sobre a apropriação do espaço urbano pela criança em um bairro periférico de São Paulo, onde trabalhei com procedimentos metodológicos baseados nas teorias de PIAGET, para melhor entender o desenvolvimento do símbolo na criança e sua relação com o meio ambiente urbano (Ver: SERPA, 1996c).

A importância do ato de brincar para o desenvolvimento físico e espiritual da criança é inegável: o jogo é a expressão de vida da criança. É como ela se apropria progressivamente do mundo que a cerca. Brincando, a criança ocupa-se de um pedaço do mundo real e pode desenvolver-se física e espiritualmente. Experimentando e testando sua força física, bem como suas aptidões naturais durante o ato de brincar, a criança vai adquirindo independência e confiança em si mesma. Também para o "digerir" de sentimentos como medo e insegurança, o jogo funciona como um universo lúdico alternativo, um despertar gradual da criança para o mundo à sua volta.

Para desenvolver-se e descobrir o mundo brincando, a criança precisa de um meio ambiente social aberto a novas experiências e ao mesmo tempo propício ao jogo lúdico. A situação real da criança no meio ambiente urbano se caracteriza, no entanto, pela carência crônica de espaços "*brincáveis*" ("*conquistáveis*"). O risco de atropelamento, a violência, o crescimento ininterrupto das grandes cidades brasileiras e o conseqüente medo dos pais (muitas vezes justificável) limitam o espaço de brincar e trazem consigo uma redução drástica do campo de percepção da criança. Grandes avenidas, aumento do volume e fluxo de carros nas ruas, destruição dos poucos espaços livres existentes: o espaço de brincar torna-se cada vez mais restrito e segregado, verdadeiros guetos cercados de asfalto por todos os lados.

As seguintes questões nortearam a pesquisa em São Paulo:

- Onde e como brincam as crianças na periferia da cidade?
- Até que ponto a segregação espacial do ato de brincar afeta o processo de socialização da criança?
- Como reverter este quadro de segregação?

Para responder essas questões, foi escolhido o bairro de Itaquera na zona leste de São Paulo. Nos meses de outubro e novembro de 1994 foram feitas visitas constantes ao bairro e à Escola Municipal Benedito Calixto. 37 crianças com idade entre 7 e 9 anos (primeira série) desenharam por solicitação do pesquisador os locais onde brincam mais no bairro e os jogos e brincadeiras por eles praticados no exercício cotidiano do ato de brincar.

Foram realizadas dez entrevistas estruturadas com os pais e mães de algumas das crianças, que se prontificaram a participar da pesquisa. Durante a entrevista os pais e mães responderam se trabalham fora, quando e com que frequência saem com os filhos, onde vão (parques, praças, clubes?), onde os filhos brincam e se estão satisfeitos com as alternativas de lazer existentes no bairro. Também foram fotografados os espaços livres existentes nas proximidades do local de moradia dos pais e mães entrevistados de modo a permitir uma comparação dos espaços desenhados pelas crianças e os espaços "*reais*" de lazer existentes.

Para análise dos desenhos utilizou-se a seguinte metodologia:

- Classificação das condutas lúdicas de acordo com as categorias descritas por PIAGET (1978) para a classificação dos jogos e sua evolução, a partir do aparecimento da linguagem: o exercício, o símbolo e a regra.
- Comparação do espaço desenhado pela criança com o espaço real, analisando a capacidade da criança de "*mapear*" seu espaço cotidiano.

PIAGET (1978) supõe uma evolução constante dos jogos lúdicos com o desenvolvimento da criança. Assim, os jogos de exercício, que até o aparecimento da linguagem permitem a consolidação dos poderes sensório-motores, dão lugar aos jogos simbólicos durante o segundo período de desenvolvimento da criança (1-6 a 7 anos): é o símbolo que fornece à criança os meios de assimilar o "*real*" aos seus desejos e aos seus interesses. O período entre sete a oito anos e onze a doze anos, é caracterizado pelo declínio evidente do simbolismo, dando lugar quer ao jogo de regras, quer às construções simbólicas cada vez menos deformantes.

Com base nos desenhos analisados, o que se constata é que a segregação espacial do ato de brincar não parece afetar o desenvolvimento da criança, tanto no ato de brincar propriamente dito, como na representação gráfica do espaço vivido no cotidiano. O jogo lúdico parece obedecer ao desenvolvimento gradual proposto por PIAGET, com o aparecimento da regra em detrimento do exercício sensório-motor e do símbolo, compatível com a idade das crianças entrevistadas (7-9 anos). A segregação espacial do ato de brincar parece ocasionar, no entanto, uma certa renitência do símbolo deformante, que para PIAGET já deveria estar totalmente superado nesta fase do desenvolvimento da criança. O símbolo deformante aparece aqui como compensação para o espaço "*real*", para o espaço potencialmente interessante para o jogo lúdico, mas sujeito às proibições dos pais, transformado em espaço virtual pela representação gráfica idealizada.

"A criança precisa de mais espaço para o jogo lúdico" (SCHMIDT, 1987). Convém ressaltar que o problema não se resume apenas à quantidade dos espaços disponíveis para o jogo, mas apresenta também um aspecto qualitativo: na Europa, é crescente a crítica às áreas de recreação infantil planejadas. Tais áreas parecem servir apenas para manter o *status quo* vigente, valorizando a engenharia de trânsito e o automóvel, em detrimento da criança e do jogo lúdico. Verdadeiros guetos, os parques infantis parecem se contentar apenas em suprir as necessidades de movimento da criança, sem exigir muito de sua criatividade e capacidade de superar problemas concretos, parecidos com as "*engenhocas*" criadas para "*distrair*" os hamsters em uma gaiola. As áreas de recreação infantil planejadas parecem ser, porém, a principal reivindicação dos pais e mães entrevistados em Itaquera, o que mostra a "*internalização*" dos princípios de segregação espacial da criança, ditados pelo planejamento urbano tradicional.

PESQUISANDO A IDENTIDADE DE BAIROS PERIFÉRICOS EM SALVADOR: O PROJETO ESPAÇO LIVRE DE PESQUISA-AÇÃO

A partir de 1996, dei continuidade às pesquisas relatadas anteriormente como coordenador do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, do Departamento e Mestrado de Geografia, da Universidade Federal da Bahia, onde passei a atuar também, naquele mesmo ano, como professor adjunto com dedicação exclusiva. Nos anos de 1999 e 2000, pude contar novamente com o apoio do mesmo CNPq, que financiara o início

dos trabalhos em São Paulo, desta vez através de uma bolsa de produtividade em pesquisa.

O projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, desenvolvido em Salvador, integra, desde o início dos trabalhos, estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores com atuação em áreas de urbanização popular, com o objetivo de produzir subsídios técnicos para o planejamento de áreas carentes e periféricas, disponibilizando sobretudo informações colhidas e sistematizadas junto às comunidades pesquisadas (Bairros de Plataforma, Pirajá, Cajazeiras, São Tomé de Paripe, Ribeira e Curuzu).

O "*Espaço Livre*" é uma pesquisa que articula diferentes variáveis - transporte público, comércio e serviços, espaço livre público, saneamento e identidade cultural - na escala do bairro. As variáveis foram trabalhadas de modo específico nos diferentes sub-projetos e levantadas em campo com auxílio de entrevistas e aplicação de questionários. Levantamentos cartográficos, fotográficos, bem como o levantamento de informações estatísticas e de dados históricos junto aos órgãos públicos, arquivos e bibliotecas foram também parte integrante da metodologia aplicada para obtenção de dados secundários.

A partir da sistematização dos dados obtidos nos bairros de urbanização popular em São Paulo e Salvador, empreendeu-se um enorme esforço de reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano, que resultaram na edição do livro "*Fala Periferia!*" (Coleção Ufba em Campo - Estudos, Salvador: EDUFBA, 2001). Acreditamos que esse esforço de teorização a partir de uma ampla base empírica pode ajudar a entender o funcionamento desse imenso universo invisível das periferias metropolitanas, tão cheias de problemas, mas também tão ricas em soluções criativas. Acreditamos que o livro pode também subsidiar um planejamento urbano descentralizado em direção aos bairros, a partir de demandas locais melhor analisadas e explicitadas.

A partir de agosto de 2000, passamos a testar, em forma de experiências-piloto, uma nova metodologia de levantamento de dados empíricos em dois dos seis bairros estudados (Plataforma e Ribeira), baseada em conceitos e procedimentos da Fenomenologia e da Geografia Humanística e da Percepção, visando à qualificação dos levantamentos realizados nos primeiros dois anos de pesquisa nas áreas-estudo e sua possível aplicação no processo de planejamento. Estas pesquisas preliminares estão sendo desenvolvidas por duas bolsistas de iniciação científica, no âmbito do PIBIC-UFBA: Suely dos Santos Coelho (concluinte do curso de bacharelado em Geografia) e Márcia de Freitas Cordeiro (concluinte do curso de bacharelado em Filosofia).

São os seguintes os objetivos específicos das pesquisas desenvolvidas desde então: Identificar os referenciais arquitetônicos e urbanísticos mais relevantes das áreas-estudo, consolidados na percepção dos moradores, com base na aplicação de técnicas da cartografia cognitiva; avaliar como os bairros são vividos e sentidos pelos moradores, durante os deslocamentos diários através dos diversos meios de transporte; identificar as manifestações artísticas e culturais mais relevantes das áreas-estudo e suas "*raízes*" na história dos bairros investigados; verificar a relação existente entre "*bairro e identidade*" do ponto de vista da cultura, considerando que a reprodutibilidade da obra de arte manifesta-se nos espaços urbanos atuais, popularizando as manifestações artísticas locais e alterando os referenciais culturais dos bairros pesquisados.

No campo da arquitetura e do urbanismo, os estudos e pesquisas do arquiteto Kevin Lynch marcaram, no final da década de 1960, um esforço de operacionalização da questão das significações no contexto urbano. Para LYNCH, os bairros constituem fragmentos da cidade, mais ou menos vastos, concebidos como se se estendessem

sobre duas dimensões. O observador sente quando penetra em seu interior e os reconhece por sua forte identidade. Sempre identificáveis a partir do interior, podem também servir de referência exterior, se forem visíveis de fora (CHOAY, 1998).

LYNCH afirma que os bairros têm diversas espécies de fronteiras: algumas são fortes, definidas e precisas, outras podem ser ligeiras ou incertas. Para o autor, no entanto, estes limites parecem desempenhar um papel secundário na sua constituição, embora possam fixar suas fronteiras e reforçar sua identidade. Os limites também podem aumentar a tendência dos bairros para fragmentar a cidade, de "*um modo desorganizado*" (LYNCH, 1990).

Os procedimentos metodológicos aplicados até aqui procuram conciliar as técnicas de campo extraídas da obra de Kevin Lynch, e os conceitos e teorias desenvolvidos no âmbito da Geografia Humanística e da Percepção, bem como da Fenomenologia. Pretende-se trabalhar a percepção da identidade dos bairros estudados, a partir da noção de intersubjetividade (Husserl) e de transubjetividade das imagens e representações (Bachelard), entendendo o "*bairro*" como um espaço social, reflexo e condição do/para o surgimento de um sistema de relações entre os seres humanos e suas vizinhanças.

Com base na realização de entrevistas com moradores das áreas pesquisadas, pretendeu-se explicitar o entendimento e a imagem que se tem do bairro enquanto conceito (construção mental), já que concorda-se aqui com TUAN (1983) de que o conceito pode ser deduzido e esclarecido por meio de perguntas, dirigidas primeiro para o concreto e depois para o mais abstrato. Deste modo, objetivou-se construir, a partir das representações individuais dos moradores, uma representação coletiva para cada bairro pesquisado, agrupando-se as representações em níveis diferenciados até se chegar a uma representação coletiva "*síntese*" do bairro.

Para definição do universo de entrevistados em cada bairro pesquisado foram levados em consideração fatores como sexo, faixa etária, local e tempo de moradia no bairro. Os entrevistados foram solicitados a confeccionar mapas mentais dos bairros pesquisados, indicando: os pontos marcantes, as vias e os limites, bem como seus percursos e deslocamentos diários conforme a metodologia proposta por LYNCH. Todos os depoimentos foram gravados e depois transcritos. Uma questão fundamental para a análise das cartas cognitivas dos entrevistados nas áreas-estudo, é a avaliação dos pontos comuns entre as diferentes representações individuais, de modo a embasar a construção de "*cartas cognitivas coletivas*" para os bairros estudados, aproximando a "*lente*" daquilo que chamamos aqui de "*identidade de bairro*".

Uma análise detalhada dos percursos, trajetos e modos de deslocamento no interior das áreas-estudo, com a confecção de uma "*carta de percursos*" para cada bairro, faz parte também da metodologia de análise dos dados colhidos nas entrevistas. Pretende-se comparar as "*cartas de percursos*" com os mapas originados de pesquisa já concluída, onde constam os trajetos das diferentes linhas de ônibus e trens, bem como seus pontos de parada e estações.

Nas entrevistas qualitativas com os moradores também foi dada especial atenção às festas e comemorações nas comunidades estudadas. Foram as seguintes as questões colocadas sobre o tema:

- O que você entende por "cultura"?
- O que há, na sua opinião, em termos de manifestações artísticas e culturais em seu bairro?
- Como eram essas manifestações no passado? Algo mudou?

As manifestações artísticas e culturais dos bairros estão sendo analisadas sob a ótica do conflito global/local, expresso, principalmente, na cooptação/folclorização destas manifestações pelo *marketing* turístico. Trabalha-se, aqui, na análise dos

depoimentos, com as noções de "aura" (unicidade da obra de arte, ou seja, sua "inserção no contexto da tradição"), de acordo com Walter Benjamin: "com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa (...) destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida" (BENJAMIM, 1996: 171).

Os primeiros resultados apontam diferenças significativas entre os dois bairros pesquisados. A análise dos mapas mentais mostram que, em Plataforma, os referenciais que conferem identidade ao bairro são a Igreja e a Praça São Brás, enquanto na Ribeira os marcos mais citados são o Largo do Papagaio, a Avenida Beira Mar e a Igreja da Penha (todos próximos ao mar). Embora os dois bairros sejam banhados pelas águas da Baía de Todos os Santos, na Ribeira há uma relação mais evidente com a orla marítima, enquanto em Plataforma o bairro parece dar às costas para o mar, já que os referenciais indicados localizam-se nas áreas mais interiores e elevadas, portanto longe da orla marítima.

É provavelmente a história diferenciada de ocupação dos dois bairros - que são vizinhos - que confere valor e significado diferenciados às áreas banhadas pelas águas da baía.

O bairro de Plataforma localiza-se no Subúrbio Ferroviário de Salvador, ao norte da Enseada do Cabrito. A implantação da via férrea, que atravessa longitudinalmente o bairro, e a instalação da Fábrica de Tecidos São Brás - na orla do bairro - foram decisivos para a ocupação inicial do núcleo de Plataforma assim como sua consolidação e expansão. Hoje, o acesso ao bairro é realizado principalmente através da Avenida Afrânio Peixoto, conhecida como Suburbana (construída na década de 1970), sendo a Rua Alto do Sertão a principal via de penetração local (que dá acesso à Praça e Igreja São Brás).

Uma linha de ônibus ligando a Ribeira com Plataforma, via Calçada/Suburbana, promoveu a desativação completa das embarcações que periodicamente faziam a travessia da Enseada dos Tainheiros. O percurso durava cerca de 15 minutos e a passagem custava R\$ 0,25. Agora, ao custo de uma passagem normal de ônibus, o tempo gasto é de quase 40 minutos (SERPA, 1998). A utilização do trem pela população de Plataforma é dificultada pela própria localização da Estação Almeida Brandão, próxima às ruínas da antiga Fábrica de Tecidos São Brás. O usuário precisa enfrentar, além da declividade da Rua Úrsula Catharino, a distância e a via de acesso para a estação margeada por lama, buracos e uma vegetação que cresce livremente (COELHO & SERPA, 2001).

O mar tem lugar de destaque na relação entre os moradores e o bairro da Ribeira, marcando sua vida cultural, como nas disputadas regatas, nas atividades pesqueiras, nos festejos e nas lavagens que aliam à festa popular a religiosidade para católicos e adeptos dos cultos afro-brasileiros. Na Ribeira, é notável a presença de alguns casarões que resistem ao tempo, são vestígios de uma época em que o bairro era área nobre de veraneio da burguesia baiana do final do século XIX. A Ribeira ainda guarda traços desse passado, a exemplo do Solar Amado Bahia, cuja riqueza arquitetônica se destaca na Avenida Porto dos Tainheiros, na orla marítima. O bairro caracterizou-se como industrial, a partir da implantação de diversas fábricas. Após o fechamento destas, intensificou-se, no bairro, as funções residenciais e comerciais (COELHO & SERPA, 2001).

O crescimento da atividade comercial no bairro vem provocando mudanças no seu arranjo estrutural, alterando principalmente o padrão de habitação, trazendo mais bares e barracas de praia para a orla, como também a consolidação de dois novos *shoppings centers*. Após a reurbanização da orla marítima da Ribeira, com a instalação e recuperação de equipamentos de lazer e utilidade pública, houve um aumento do fluxo de banhistas vindos, em sua maioria, dos bairros localizados no Subúrbio

Ferrovário de Salvador, atraídos pelas praias, pelos bares e restaurantes (COELHO & SERPA, 2001).

Uma questão relevante para a análise dos marcos referenciais é a avaliação da historicidade dos bairros pesquisados. Para SOUZA (1989), buscar essa historicidade equivale a procurar aqueles traços comuns, que a despeito das transformações ao longo do tempo e das diferenças interespaçiais, permitem que enxerguemos uma certa unidade na diversidade, garantida pela permanência de alguns aspectos ao longo da evolução das cidades. Deste modo, os referenciais citados tanto na Ribeira, como em Plataforma, mostram a permanência (embora assumindo em alguns casos novas funções e formas de apropriação) de marcos históricos, testemunhos da evolução, ao longo do tempo, daqueles espaços.

Quanto aos percursos a pé indicados pelos moradores em ambos os bairros, observa-se que guardam relação - na maioria dos casos - com a localização das residências dos entrevistados e das paradas de ônibus no interior das áreas-estudo. Na Ribeira, apenas 30% dos moradores entrevistados não demarcaram os percursos a pé a partir das suas residências (COELHO, 2001). Isso mostra que os entrevistados articulam, com uma freqüência significativa, os percursos realizados a pé aos percursos realizados através do ônibus, que se constituem em trajetos de interesse imediato. Segundo ROCHA (1998), *"a maioria das pessoas que se utilizam de veículos do transporte público ou particular ao longo do dia, necessitam complementar suas viagens motorizadas através de deslocamentos a pé"*.

Entre as manifestações artísticas e culturais mais citadas pelos moradores entrevistados em ambos os bairros estão as festas populares e a música. No caso das festas populares, pressupõe-se que já tiveram a sua *"aura"*, de acordo com a definição de BENJAMIN, já que estavam ligadas a um ritual religioso que antecedia as comemorações *"profanas"* (CORDEIRO, 2001).

Mas, com o passar do tempo, o *"acontecer"* dessas festas passou a ser marcado pela realização do lucro e pela possibilidade de diversão (fato particularmente marcante na Ribeira, um bairro com *"vocaçao turística"*), transformando, portanto, sua *"aura"* e sua autenticidade, que, segundo BENJAMIN (1996: 168), *"é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico"*.

Com a musica ocorre o mesmo, pensando-se agora na questão da reprodutibilidade. Os gêneros musicais mais executados nos bairros analisados são também os mais reproduzidos no País. Se hoje escuta-se mais o pagode e a *axé-music*, os bairros tornam-se uma pequena parcela desta realidade, deixando apenas, como outras possibilidades, os gêneros musicais mundialmente respeitados, como o *reggae* e a MPB, ou ainda os corais de cunho religioso, que se manifestam, entretanto, em espaços muito restritos (CORDEIRO, 2001).

Esses resultados mostram também diferenças no interior dos bairros pesquisados, quanto à incorporação seletiva de algumas áreas pela atividade turística. Geralmente a localização da infra-estrutura também é diferenciada, privilegiando estas áreas, que coincidem muitas vezes com os núcleos históricos dos bairros, mais consolidados e com população de maior poder aquisitivo. Essa imagem *"histórica"*, cooptada pelo *marketing* turístico, é *"interiorizada"* na percepção dos moradores, mesmo daqueles que não moram nas áreas com maior potencial turístico, que acabam por reproduzir uma *"representação hegemônica"*, estilizada, dos bairros onde moram. Isso também é constatado em outras áreas e escalas, como em Morro de São Paulo, na Bahia, importante pólo turístico do Estado, que vem sendo estudado, com metodologia similar, por Luciana Cristina Teixeira de Souza, minha orientanda no Mestrado em Geografia, da Universidade Federal da Bahia (conclusão prevista para novembro de 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Normalmente, nossa vida diária seria inviável sem o uso de nossas estruturas cognitivas, "*acionadas*" sempre que nos deslocamos para o trabalho, para a escola ou mesmo para um parque ou para a praia. Ao informar um visitante sobre o melhor caminho ou a direção adequada estamos, sem dúvida, efetivamente aplicando os princípios da cartografia cognitiva. Quando repetimos determinadas práticas espaciais temos a impressão que poderíamos chegar "*de olhos fechados*" a algum lugar familiar (DOWNS & STEA, 1973).

Embora relevantes pesquisas tenham sido desenvolvidas no Brasil e no exterior sobre os mapas mentais e a cartografia cognitiva nas últimas décadas (ver, por exemplo, GOULD & WHITE, 1974; DEL RIO & OLIVEIRA, 1996), pouco se discute sobre sua aplicabilidade no planejamento urbano e ambiental. Principalmente, ainda está por se desenvolver pesquisas que reflitam sobre sua aplicabilidade na deflagração de processos motivacionais junto aos moradores das grandes cidades, base para a efetivação de um planejamento participativo mais humano e democrático.

As pesquisas descritas anteriormente pretendem sobretudo embasar cientificamente um planejamento urbano baseado nos mecanismos de autogestão e participação, a partir de conceitos e métodos da geografia humanística e da percepção e da fenomenologia, entendendo os "*bairros*" como espaços de vivência e áreas prioritárias de intervenção.

Concorda-se aqui com GOODEY & GOLD (1986) que, com relação à orientação para a política de planejamento, o impacto global dos estudos e pesquisas da geografia humanística e da percepção foi menor que o esperado. Mas, segundo os mesmos autores, quando vistos nos termos mais gerais de oferecimento de conhecimento útil que possa ser aplicado na prática, os resultados são mais encorajadores. Isto pode ser ilustrado pela referência ao *design* urbano e ao planejamento urbano-regional; nessas profissões tem havido um inegável interesse em questões típicas da geografia do comportamento e da percepção (GOODEY & GOLD, 1986).

Trabalhos como o de APPLEYARD & JACOBS (1982) são um bom exemplo disso. Os autores escreveram um manifesto de Desenho Urbano, onde salientam algumas metas, a nível geral de planejamento, para a vida urbana de boa qualidade, tais como: identidade e controle, acesso a oportunidades e ao lazer, vida comunitária e pública, etc. Nesse manifesto vão definir também as cinco grandes características/metapas do Desenho Urbano: ruas e vizinhanças de convívio, densidades mínimas e intensidades de uso para a vida urbana, integração de atividades, edificações organizadas como definidoras de espaços públicos, e, finalmente, diversidade nas inter-relações e configurações entre/de edificações e espaços (APPLEYARD & JACOBS, 1982, in: DEL RIO, 1990).

Em São Francisco, nos Estados Unidos, a Prefeitura implantou um plano de Desenho Urbano partindo de um aprofundado estudo inicial da forma e da imagem da cidade, indicando a qualidade estética de cada quarteirão; lidando com levantamentos de percepções públicas a equipe foi capaz de gerar um conseqüente inventário de "*princípios de desenho*", tais como: clareza e conveniência; harmonia e capacidade; escalas e tipologias/interesse visual; caráter/individualidade/definição do espaço; atividades; amenidades/conforto; variedade/contraste (DEL RIO, 1990).

As experiências de gestão do espaço público, desenvolvidas pela equipe do projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, no bairro de Plataforma, confirmam a importância de pesquisas consistentes para deflagração de um processo efetivo de participação popular na prática projetual e de planejamento.

No âmbito das atividades da disciplina ARQ -731 (Sintaxe Espacial e Simbologia da Paisagem) ², um grupo de acadêmicos do Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da UFBA trabalhou, em conjunto com a Associação de Moradores de Plataforma - AMPLA, projetos de intervenção para duas áreas no bairro, baseados nos pressupostos de um planejamento horizontal, com participação dos moradores, como contraponto ao planejamento de espaços públicos vertical e com pouca participação, executados pela prefeitura e pela CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

As duas propostas foram então encaminhadas à Associação de Moradores e, após análise pela diretoria da entidade, decidiu-se executar um dos projetos, a Praça do Mabaço de Baixo. No projeto da Praça do Mabaço foram três os sub-espços planejados: área verde para convívio com bancos e arbustos; espaço para convívio e jogos com mesas e cadeiras sob a sombra da amendoeira adulta existente; espaço para lazer infantil com brinquedos. Os trabalhos de recuperação da praça foram executados pelos próprios moradores em regime de mutirão; os materiais foram comprados com recursos da União Européia.

A praça foi inaugurada no dia 28 de Setembro de 2000, quase dois anos depois do início dos trabalhos de concepção projetual e dos primeiros contatos com os moradores do local. Numa primeira avaliação pode-se dizer que os resultados obtidos foram bastante animadores, apesar dos inúmeros "vais e vens" no dia-a-dia do desenvolvimento dos trabalhos. Com iniciativa e determinação, os estudantes e pesquisadores envolvidos logo perceberam que a comunidade de Plataforma sabia o que queria, tinha experiência com trabalhos anteriores de parceria com a Universidade e estava disposta a - mais uma vez - "botar a mão na massa".

Isso fez diminuir a angústia com o descompasso entre o cronograma de atividades inicialmente proposto e o "*andamento natural das coisas*". E talvez tenha sido essa a maior lição para todos os participantes do projeto: a percepção dos diferentes tempos dos diferentes atores envolvidos. Vimos, portanto, que a identificação dos diferentes atores e o respeito aos diferentes tempos, percepções e vivências dos indivíduos e grupos é fundamental para o sucesso de qualquer trabalho de extensão universitária, que vise ao fomento da participação e do exercício de cidadania. Projetos assim podem reforçar os laços naturais de afinidades entre os indivíduos, com o fortalecimento das redes latentes, que podem, por outro lado, fortalecer as redes associativistas presentes nos bairros (como as associações de moradores) conferindo-lhe maior legitimidade e representatividade.

NOTAS

1. O processo simbólico é um *vivenciar da imagem na imagem*: Este processo é deflagrado pelo experienciar constante de alegorias (arquétipos) espaciais como caminhos, montanhas, florestas etc, denominados por JUNG (1990) como "*símbolos da transformação*". De acordo com os princípios jungianos de análise dos sonhos e fantasias existem funções psicológicas "*pré-formadas*", arquétipos do inconsciente

coletivo, que são transmitidos através da história da humanidade em forma de mitos, lendas e tradições. Os arquétipos determinam o processo criativo e artístico e são expressos no cotidiano e na fantasia de cada um de nós.

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

2. A disciplina "*Sintaxe Espacial e Simbologia da Paisagem*" (ARQ-731), oferecida anualmente aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia, vem se constituindo como um fórum de discussão e aprofundamento das questões colocadas no presente artigo: Com base nos conceitos e teorias desenvolvidos por JUNG, um processo de vivência dos conteúdos arquetípicos presentes na paisagem é deflagrado junto aos estudantes, em sua maioria geógrafos e arquitetos, com experiência na área de planejamento urbano e ambiental (SERPA & CHASTINET, 2000).

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, M. **Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade.** São Paulo: Papirus, 1994.

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZZI, M. L. **Região: Uma (re)visão historiográfica - Da gênese aos novos paradigmas.** Rio Claro: UNESP (Tese de doutorado), 1996.

BUTTMER, A. **Values in Geography.** Washington: AAG, 1974.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CHOAY, F. **O Urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

COELHO, S. S. **A percepção do espaço através dos meios de transporte em bairros periféricos da cidade do Salvador.** Relatório Parcial de Pesquisa. Salvador: PIBIC/CNPq, UFBA, 2001.

COELHO, S. S. & SERPA, A. "Transporte Coletivo nas Periferias Metropolitanas: Estudos de Caso em Salvador, Bahia.", **Geografia**, Rio Claro, n. 2, v. 26, agosto/2001.

CORDEIRO, M. F. **Bairro e Identidade Cultural na Periferia de Salvador.** Relatório Parcial de Pesquisa. Salvador: PIBIC/CNPq, UFBA, 2001.

COSGROVE, D. **Towards a critical cultural geography: problems of theory.** Antipode, 1983.

COSGROVE, D. "A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas." In: Côrrea, R. L. & Rosendahl, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

DARDEL, E. **L'Homme et la Terre - Nature de la Réalité Géographique.** Paris: CTHS, 1990.

DEL RIO, V. **Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Pini, 1990.

DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. São Paulo: NOBEL/UFSCar, 1996.

DOWNS, R. M. & STEA, D. "Cognitive maps and spatial behavior: Process and Products." In: **Image and environment - Cognitive mapping and spatial behavior**, Chicago/London, 1973, pp. 9-26.

GOODEY, B. & GOLD, J. **Geografia do Comportamento e da Percepção**. Belo Horizonte: Departamento de Geografia/UFMG, 1986.

GOULD, P. R. & WHITE, R. **Mental Maps**. Nova Iorque: Penguin, 1974.

HOLZER, W. "A Geografia Humanista: Uma Revisão." In: **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, UERJ/NEPEC, n. 3, 1996, pp. 8-19.

HUSSERL, E. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

HUSSERL, E. **Meditações Cartesianas - Introdução à Fenomenologia**. Porto-Portugal: Rés, 2001.

JUNG, C.G. "Über die Archetypen des kollektiven Unbewußten." In: **Archetyp und Unbewußtes**. Grundwerk, Band 2, 4. Auflage, S. 77 - 113. Walter-Verlag AG Olten, 1990.

LACOSTE, J. **A Filosofia do Século XX**. São Paulo: Papyrus, 1992.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

RELPH, E. "As bases fenomenológicas da geografia". In: **Geografia**, Rio Claro, UNESP, n. 7, vol. 4, abril/1979, p. 1-25.

ROCHA, F. U. S. **Nem só quem tem fé vai a pé: Subsídios à uma política para o pedestre em Salvador**. Salvador: Escola de Serviço Público-FUNDESP/Universidade Estadual de Feira de Santana, (Monografia de especialização), 1998.

SCHMIDT, R. "Mehr Spielraum für Spielräume." In: **Garten + Landschaft 7/87**. Munique, 1987.

SERPA, A. **Annäherung an den Begriff Park. Eine Studie zur menschlichen Wahrnehmung der Natur am Beispiel städtischer Freiräume**. Diss. Universität für Bodenkultur, Vienna, 1994.

SERPA, A. "Paisagem e Percepção da Paisagem: Estudos de Caso na Áustria e no Brasil." **Paisagem e Ambiente - Ensaios**. São Paulo, FAUUSP, n. 7, 1995, pp. 103-140.

SERPA, A. "A questão do espaço-tempo complexo: Um novo referencial para a geografia urbana e regional?" **Caderno de Geociências**, Salvador, Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, nº 5, 1996a, pp. 31-40.

SERPA, A. "Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque de São Bartolomeu." **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, FFLCH/USP, n. 2, vol. 8, 1996b, pp. 177-190.

SERPA, A. "A apropriação do espaço urbano pela criança: A importância do jogo lúdico." **Paisagem e Ambiente - Ensaios**, São Paulo, FAUUSP, n. 8, 1996c, pp. 177-210.

SERPA, A. **Urbana Baianidade, Baiana Urbanidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998.

SERPA, A. & CHASTINET, I. "Paisagem: Vivência, Apreciação e Tradução." **CD ROM - Anais do Seminário Internacional Psicologia e Projeto do Ambiente Construído**, Rio de Janeiro: PROARQ/EICOS/Instituto de Psicologia-UFRJ, 2000, pp. 183-193.

SOUZA, M. J. L. "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política." **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 51, vol. 2, 1989, pp. 140-172.

TUAN, Y.F. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR

[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

Professor Adjunto Doutor do Departamento e Mestrado de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia.

angserpa@ufba.br

SUMÁRIO

OLAM - Ciênc. & Tec.

Rio Claro
ISSN 1519-8693

Vol 1

nº 2 p. 29 - 61
www.olam.com.br

Novembro / 2001